ISSN: 2358-8829

EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DOENÇA FALCIFORME: DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Bruna Tavares Pimentel[1]

INTRODUÇÃO

A escola constitui um importante espaço de socialização, aprendizagem e construção de relações sociais, mas também pode reproduzir situações de preconceito e exclusão. Para crianças e adolescentes com doenças genéticas e crônicas, como a doença falciforme, a experiência escolar apresenta particularidades relacionadas às condições de saúde, à frequência, à participação nas atividades pedagógicas e à convivência com colegas e profissionais da educação.

A doença falciforme é uma condição genética hereditária caracterizada pela presença da hemoglobina S, responsável por alterações nas hemácias que podem ocasionar crises dolorosas, anemia crônica e outras complicações. Entretanto, conviver com a doença envolve dimensões que ultrapassam seus aspectos biomédicos, abrangendo relações familiares, condições socioeconômicas, práticas de cuidado e experiências de socialização. Conforme Alves (1993), a experiência da enfermidade é socialmente construída, envolvendo diferentes formas de interpretar e responder ao adoecimento. Nessa perspectiva, crianças e adolescentes não apenas recebem cuidados, mas também produzem conhecimentos e desenvolvem estratégias para lidar com a doença em seu cotidiano.

A dimensão racial também é fundamental para compreender essas experiências. Laguardia (2006) discute a associação histórica da doença falciforme com a população negra, evidenciando a importância de considerar os processos sociais de racialização. No Brasil, essa discussão relaciona-se às desigualdades raciais e socioeconômicas e ao racismo institucional, analisado por López (2012), que contribui para compreender a

[1] Doutora pelo Curso de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, bruna.t.pimentel1995@gmail.com.

invisibilidade da doença e as dificuldades de reconhecimento das necessidades específicas das pessoas que convivem com essa condição.

No ambiente escolar, as ausências decorrentes de consultas, internações e crises dolorosas podem comprometer a continuidade da aprendizagem e a participação nas atividades coletivas. Além disso, manifestações físicas, como icterícia e baixa estatura, podem produzir situações de constrangimento e estigmatização. Santos et al. (2022) destacam que as condições crônicas de saúde interferem na integração e na socialização escolar, tornando necessário reconhecer as particularidades dos estudantes e construir condições adequadas à sua permanência.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo compreender as experiências de crianças e adolescentes com doença falciforme no contexto escolar, analisando como o adoecimento interfere em suas trajetórias educacionais e relações sociais. Busca-se discutir as dificuldades enfrentadas, as estratégias de cuidado e autocuidado e as respostas construídas no ambiente escolar diante das necessidades desses sujeitos.

O artigo apresenta um recorte de pesquisa qualitativa desenvolvida no mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, com crianças e adolescentes residentes em João Pessoa, Campina Grande, Areia e Santa Rita, na Paraíba. A investigação contou com entrevistas semiestruturadas e desenhos como técnica de pesquisa, tendo o apoio da Associação Paraibana de Portadores de Anemias Hereditárias (ASPPAH) na aproximação com as famílias participantes.

Ao considerar as experiências e percepções das próprias crianças e adolescentes, o estudo busca contribuir para o debate sobre diversidade e inclusão educacional, compreendendo que o direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas envolve condições efetivas de aprendizagem, participação e pertencimento, respeitando as particularidades de cada estudante.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente trabalho é resultado de um recorte de pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo como principais interlocutoras (es) crianças e adolescentes com doença falciforme. Trata-se de uma pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, realizada entre os meses de abril e julho de 2019, nos municípios de João Pessoa, Campina Grande, Areia e Santa Rita, no

estado da Paraíba. A investigação buscou compreender as experiências de convivência com a doença falciforme, considerando os diferentes espaços de socialização, com destaque, neste artigo, para o contexto escolar.

Para a produção dos dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e o desenho como técnica de pesquisa, especialmente com as crianças. De acordo com Belei et al. (2008), as entrevistas semiestruturadas são orientadas por um roteiro previamente elaborado, geralmente composto por questões abertas, permitindo que as (os) participantes expressem suas experiências e percepções. Nesta pesquisa, o roteiro contemplou questões relacionadas à identificação, procedência, conhecimento sobre a doença falciforme e relação com a escola. As perguntas foram conduzidas de maneira flexível, respeitando as particularidades e as formas de expressão de cada participante.

Com as crianças, o desenho foi utilizado como instrumento de aproximação e produção de informações, acompanhado de conversas realizadas durante sua elaboração. Conforme Pires (2007), na pesquisa socioantropológica com crianças, o desenho deve ser compreendido a partir dos significados atribuídos por elas próprias, não cabendo à pesquisadora realizar interpretações isoladas das imagens produzidas. Foram utilizados desenhos livres, especialmente nos momentos iniciais de aproximação, e desenhos temáticos relacionados à doença falciforme. Para essa atividade, foram disponibilizados materiais como folhas de papel, lápis, canetas coloridas e giz de cera.

A pesquisa contou com a participação de quatro crianças e três adolescentes, além da contribuição de pais e responsáveis, que participaram dos momentos de apresentação da pesquisa e, em determinadas situações, das conversas realizadas durante os encontros. O contato com as famílias ocorreu por intermédio da Associação Paraibana de Portadores de Anemias Hereditárias (ASPPAH), que contribuiu para a identificação de pessoas interessadas em participar da investigação. Em média, foram realizados dois encontros com cada família, possibilitando a apresentação da proposta, a realização dos procedimentos éticos e o desenvolvimento das atividades de pesquisa.

Como instrumentos de registro, foram utilizados gravador de áudio e caderno de campo. As entrevistas foram posteriormente transcritas, sumariadas e agrupadas por assuntos e temas previamente definidos, considerando as experiências relatadas pelas crianças, adolescentes e seus responsáveis. Para preservar a identidade das (os) participantes, foram utilizados nomes fictícios.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS/UFPB), sob o Parecer nº 3.035.190. A participação das crianças e adolescentes ocorreu mediante autorização de seus pais ou responsáveis, respeitando os procedimentos éticos estabelecidos para a investigação.

Embora o desenho tenha sido utilizado como técnica de pesquisa, este trabalho não apresenta reproduções das imagens produzidas pelas crianças, utilizando exclusivamente os relatos e as informações construídas durante as entrevistas e as atividades de campo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A experiência da enfermidade ultrapassa os aspectos biomédicos, envolvendo significados e relações socialmente construídos. Segundo Alves (1993), o adoecimento é compreendido e vivenciado a partir das experiências individuais e coletivas. No caso das crianças e adolescentes com doença falciforme, essas experiências são atravessadas pelas relações familiares, escolares e pelas práticas de cuidado. Pires (2007), a partir dos estudos socioantropológicos da infância, destaca a importância de reconhecer as crianças como sujeitos capazes de interpretar e expressar suas próprias experiências, não se limitando às percepções das pessoas adultas.

A dimensão racial também é fundamental para compreender a doença falciforme. Laguardia (2006) discute sua associação histórica com a população negra e as desigualdades relacionadas ao cuidado em saúde. López (2012), ao abordar o racismo institucional, demonstra como práticas e procedimentos institucionais podem reproduzir desigualdades raciais, mesmo sem manifestações explícitas de discriminação. Essas contribuições permitem problematizar a invisibilidade da doença e o reconhecimento insuficiente das necessidades de crianças e adolescentes nos espaços institucionais, incluindo a escola.

No contexto escolar, as condições crônicas de saúde podem comprometer a frequência, a aprendizagem e a socialização. Santos et al. (2022) discutem as restrições e situações de discriminação vivenciadas por adolescentes com doença falciforme, evidenciando repercussões do adoecimento em suas relações sociais. Marques, Cavalcanti e Ruzzi-Pereira (2015) também destacam experiências de estigmatização

associadas às manifestações físicas e sociais da doença, especialmente durante a adolescência.

Rodrigues, Seibert e Silva (2017) ressaltam a importância do conhecimento dos profissionais da educação sobre a doença falciforme, considerando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e a necessidade de acompanhamento pedagógico adequado. O diálogo entre escola e família e o reconhecimento das particularidades do adoecimento são fundamentais para favorecer a participação e a continuidade da aprendizagem.

Carvalho (2023), ao investigar a atuação de mulheres vinculadas a uma associação de pessoas com doença falciforme na luta por direitos, contribui para compreender a importância da participação social e da mobilização coletiva diante das necessidades relacionadas ao adoecimento. Essa perspectiva amplia a discussão sobre o reconhecimento de direitos e a construção de respostas institucionais às demandas das pessoas com doença falciforme.

Assim, compreender as experiências escolares de crianças e adolescentes com doença falciforme exige articular adoecimento, relações sociais, desigualdades raciais e práticas de cuidado. A inclusão educacional pressupõe não apenas o acesso à escola, mas também condições efetivas de aprendizagem, participação e pertencimento, respeitando as particularidades de cada estudante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas e das conversas realizadas durante a pesquisa de campo permitiu identificar diferentes situações relacionadas à convivência de crianças e adolescentes com doença falciforme no ambiente escolar. Os resultados evidenciam que o adoecimento não interfere apenas nas condições físicas desses sujeitos, mas também nas relações sociais, na aprendizagem e na participação em atividades que fazem parte da vida escolar.

Para a apresentação dos resultados, as experiências foram organizadas em três categorias analíticas: as repercussões do adoecimento na trajetória escolar; as diferenças físicas e as situações de preconceito; e as relações de cuidado, autocuidado e inclusão no ambiente escolar. Essas categorias permitem compreender como a doença falciforme atravessa o cotidiano das crianças e adolescentes, considerando tanto as dificuldades enfrentadas quanto as estratégias construídas para conviver com a doença.

ISSN: 2358-8829

4.1 REPERCUSSÕES DO ADOECIMENTO NA TRAJETÓRIA ESCOLAR

A frequência escolar constitui uma das principais questões identificadas na pesquisa. As crianças e adolescentes com doença falciforme podem precisar se ausentar da escola em decorrência de consultas médicas, realização de exames, internações e crises dolorosas. Essas situações interferem na continuidade das atividades pedagógicas e, em determinados casos, na participação em momentos importantes da vida escolar.

A mãe de Emily, adolescente de 15 anos, relatou as dificuldades relacionadas à quantidade de faltas acumuladas pela filha. Segundo ela, os afastamentos aconteciam tanto em decorrência de procedimentos médicos quanto de situações de agravamento da doença. A preocupação apresentada pela responsável demonstra que a apresentação de atestados médicos não elimina necessariamente as dificuldades enfrentadas pela estudante para acompanhar as atividades escolares.

Em outro caso, a mãe de João Pedro, de sete anos, relatou que as baixas temperaturas no município de Areia, na Paraíba, contribuíam para a ausência dos filhos na escola durante determinados períodos do ano. A preocupação com a aprendizagem da leitura e da escrita aparece em sua fala, especialmente diante da possibilidade de repetência escolar. Nesse contexto, a experiência do adoecimento não pode ser compreendida separadamente das condições ambientais e das necessidades de cuidado que fazem parte da rotina familiar.

Além das dificuldades relacionadas à frequência, as ausências também podem impedir a participação em acontecimentos significativos para as crianças. João Pedro, por exemplo, não conseguiu participar de sua formatura escolar porque estava hospitalizado. Posteriormente, sua família organizou uma comemoração para recebê-lo, reproduzindo aquele momento que não havia sido possível vivenciar com os colegas.

Essa experiência demonstra que a escola não constitui apenas um espaço de aprendizagem formal, mas também de construção de vínculos, pertencimento e memórias. A impossibilidade de participar de determinados acontecimentos pode produzir sentimentos de tristeza e distanciamento, mesmo quando a ausência está relacionada a uma necessidade de cuidado com a saúde.

Rodrigues et al. (2017) e Carvalho (2023) discutem que as ausências decorrentes de doenças crônicas podem dificultar a integração e a socialização dos estudantes no retorno à escola. Dessa maneira, a garantia do direito à educação exige considerar não

apenas a justificativa das faltas, mas também as condições necessárias para que crianças e adolescentes acompanhem as atividades e mantenham seus vínculos com o ambiente escolar.

4.2 DIFERENÇAS FÍSICAS, PRECONCEITO E ESTIGMATIZAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Outro aspecto identificado na pesquisa diz respeito às diferenças físicas relacionadas à doença falciforme e à maneira como elas são percebidas no ambiente escolar. Manifestações como baixa estatura e icterícia podem chamar a atenção de colegas e profissionais da educação, produzindo comentários e situações de constrangimento.

A experiência de Kauê, adolescente de 15 anos, evidencia essas questões. Sua tia relatou que a baixa estatura do adolescente era frequentemente mencionada no ambiente escolar, inclusive por uma profissional da instituição. Embora a escola tivesse conhecimento de sua condição de saúde, os comentários continuavam acontecendo, provocando desconforto.

O adolescente também relatou situações relacionadas à coloração amarelada dos olhos, característica associada à icterícia. Segundo sua tia, essa manifestação já havia motivado episódios de bullying durante o ensino fundamental, quando colegas utilizavam a expressão “olho amarelo” para se referir a ele.

Situação semelhante aparece na experiência de João Pedro, de sete anos, que relatou comentários de colegas sobre a coloração de seus olhos. O menino afirmou que chegou a observar seus próprios olhos no espelho, sem identificar a alteração mencionada pelos colegas. Esse episódio demonstra como determinadas características do adoecimento podem adquirir novos significados a partir das relações estabelecidas na escola.

Marques, Cavalcanti e Ruzzi-Pereira (2015) discutem como as manifestações da doença falciforme podem produzir situações de preconceito e estigmatização, especialmente durante a adolescência. Nesse período, as diferenças físicas podem assumir importância nas relações sociais e na maneira como os sujeitos percebem a si mesmos.

É importante destacar que as crianças e adolescentes participantes da pesquisa não nomearam diretamente essas experiências como racismo. Entretanto, considerando as discussões de Laguardia (2006) sobre a relação histórica entre doença falciforme e raça, bem como as contribuições de López (2012) sobre racismo institucional, torna-se

necessário problematizar como determinadas condições de saúde permanecem pouco reconhecidas nos espaços institucionais.

Nesse sentido, não se trata de afirmar que todos os episódios de constrangimento relatados constituem manifestações diretas de racismo, mas de compreender que a invisibilidade da doença falciforme e o desconhecimento de suas particularidades também precisam ser discutidos no contexto mais amplo das desigualdades sociais e raciais.

4.3 RELAÇÕES DE CUIDADO, AUTOCUIDADO E INCLUSÃO ESCOLAR

As experiências apresentadas na pesquisa também demonstram que a convivência com a doença falciforme no ambiente escolar não se resume às dificuldades relacionadas ao adoecimento. As crianças e adolescentes desenvolvem conhecimentos sobre suas condições de saúde e constroem estratégias para lidar com as necessidades de cuidado durante a rotina escolar.

Rebeca, adolescente de 12 anos, relatou que a doença não produzia grandes mudanças em sua experiência na escola, destacando principalmente a necessidade de manter a hidratação. Para isso, contava com a colaboração de amigas, que a lembravam de beber água ao longo do dia.

Essa experiência evidencia que o autocuidado pode ser construído nas relações cotidianas, envolvendo não apenas a responsabilidade individual, mas também o apoio de pessoas que participam da convivência escolar. As amizades, nesse contexto, podem contribuir para a manutenção de práticas de cuidado e para a participação dos estudantes nas atividades escolares.

Entretanto, as experiências de autocuidado não acontecem da mesma maneira para todos os participantes. Kauê, por exemplo, relatou restrições relacionadas às aulas de educação física, afirmando que não participava de determinadas atividades em razão das complicações da doença. Emily, por outro lado, informou que participava dessas aulas e não percebia grandes interferências do adoecimento nesse aspecto de sua rotina escolar.

Essas diferenças demonstram que a doença falciforme apresenta manifestações variadas e que as necessidades de cuidado não podem ser compreendidas de maneira uniforme. A existência de uma mesma condição genética não significa que crianças e adolescentes vivenciem as mesmas limitações ou necessitem das mesmas adaptações.

A pesquisa também identificou situações nas quais professoras (es) e colegas contribuíram para a manutenção dos vínculos escolares. Durante um período de

internação de Vinícius, de nove anos, sua professora incentivou a turma a enviar mensagens e registros para animá-lo. Essa iniciativa demonstra como pequenas ações podem contribuir para reduzir o distanciamento provocado pelo afastamento escolar.

Rodrigues et al. (2017) destacam a importância do acolhimento e do conhecimento sobre a doença falciforme por parte dos profissionais da educação. O reconhecimento das necessidades dos estudantes pode favorecer a comunicação com as famílias, a identificação de situações que exigem atenção e a construção de práticas que respeitem suas particularidades.

Nessa perspectiva, Carvalho (2023) contribui para compreender a necessidade de inserir a doença falciforme nos debates sobre diversidade e inclusão escolar. A presença de estudantes com doenças genéticas e crônicas exige que a escola reconheça diferentes condições de participação, sem transformar essas particularidades em motivos de exclusão.

Os resultados demonstram, portanto, que a inclusão escolar de crianças e adolescentes com doença falciforme envolve diferentes dimensões: a continuidade da aprendizagem, o enfrentamento das situações de preconceito, o reconhecimento das necessidades de cuidado e a valorização das relações sociais construídas no ambiente escolar. Considerar essas dimensões significa compreender que o direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas envolve também a possibilidade de participar de suas atividades e estabelecer relações de pertencimento, respeitando as especificidades de cada estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que a experiência escolar de crianças e adolescentes com doença falciforme é atravessada por questões que ultrapassam as manifestações clínicas do adoecimento, envolvendo relações sociais, práticas de cuidado, dificuldades de aprendizagem e situações de preconceito. Os resultados evidenciaram que a escola, embora constitua um importante espaço de socialização, nem sempre reconhece as particularidades dessa condição de saúde, o que pode produzir dificuldades na permanência e na participação desses sujeitos nas atividades escolares.

As ausências decorrentes de consultas, internações e crises dolorosas constituem uma das principais dificuldades identificadas, uma vez que podem comprometer a continuidade das atividades pedagógicas e a participação em acontecimentos importantes

da vida escolar. Além disso, as situações de constrangimento relacionadas às manifestações físicas da doença demonstram como o desconhecimento sobre a doença falciforme pode contribuir para a reprodução de preconceitos e para a exposição das diferenças no ambiente escolar. Essas experiências reforçam a necessidade de compreender a inclusão educacional para além da garantia da matrícula, considerando também as condições efetivas de aprendizagem, convivência e pertencimento.

Por outro lado, as experiências relatadas pelas crianças e adolescentes também evidenciaram a construção de estratégias de autocuidado e a importância das relações de amizade e do apoio de professoras (es) no cotidiano escolar. Essas situações demonstram que os sujeitos que convivem com a doença falciforme não devem ser compreendidos apenas a partir de suas limitações, mas também como participantes ativos na construção de conhecimentos e práticas relacionadas ao próprio cuidado. Reconhecer essa dimensão significa considerar suas experiências e formas de expressão na construção de práticas educacionais mais sensíveis às diferenças.

Nesse sentido, o estudo contribui para ampliar as discussões sobre diversidade e inclusão escolar, especialmente no que se refere às crianças e adolescentes que convivem com doenças genéticas e crônicas. A aproximação entre escola, família e serviços de saúde apresenta-se como uma possibilidade importante para o compartilhamento de informações, o reconhecimento das necessidades específicas dos estudantes e a construção de estratégias que favoreçam a continuidade da aprendizagem. Também se destaca a importância de iniciativas de formação e sensibilização dos profissionais da educação, de modo que as particularidades da doença falciforme sejam compreendidas sem que isso resulte na estigmatização dos estudantes.

Cabe destacar que os resultados apresentados correspondem às experiências de um grupo específico de crianças e adolescentes residentes em municípios da Paraíba, não sendo possível generalizá-los para todas as pessoas que convivem com a doença falciforme. Entretanto, as situações identificadas oferecem elementos para refletir sobre questões que podem estar presentes em outros contextos escolares e sobre a necessidade de ampliar o reconhecimento das doenças crônicas no debate educacional.

Diante disso, considera-se importante o desenvolvimento de novas pesquisas que aprofundem as experiências escolares de crianças e adolescentes com doença falciforme, incluindo investigações com professoras (es), equipes gestoras e profissionais de saúde, bem como estudos que acompanhem as trajetórias escolares desses sujeitos ao longo do

tempo. A ampliação dessas perspectivas poderá contribuir para compreender como as instituições educacionais respondem às necessidades relacionadas ao adoecimento e quais estratégias podem favorecer a permanência e a participação dos estudantes.

Por fim, compreende-se que uma educação comprometida com a diversidade precisa reconhecer que as condições de saúde também atravessam as experiências de escolarização. No caso da doença falciforme, isso significa considerar as particularidades do adoecimento sem reduzir crianças e adolescentes à condição de pessoas doentes, reconhecendo seus direitos, suas experiências e suas possibilidades de participação na vida escolar. Assim, pensar a inclusão implica construir condições para que esses sujeitos possam aprender, conviver e participar das atividades escolares com respeito às suas diferenças.

Palavras-chave: Doença falciforme; Educação inclusiva; Crianças e adolescentes; Experiência escolar; Diversidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Ednalva Maciel Neves, minha orientadora, e à professora Flávia Ferreira Pires, minha coorientadora durante o mestrado em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pelas contribuições para o desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo César. A experiência da enfermidade: considerações teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 263-271, 1993. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000300014.

BELEI, Renata Aparecida et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 30, p. 187-199, jan./jun. 2008.

CARVALHO, Maria Josimeire Silva de. **Mulheres da Associação Feirense de Pessoas com Doença Falciforme na busca por seus direitos**. 2023. 133 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2023.

LAGUARDIA, Josué. No fio da navalha: anemia falciforme, raça e as implicações no cuidado à saúde. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 243-262, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000100013.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000004.

MARQUES, Larissa Nascimento; CAVALCANTI, Alessandra; RUZZI-PEREIRA, Andrea. O viver com a doença falciforme: percepção de adolescentes. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 109-117, 2015. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i1p109-117.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 225-270, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100006.

RODRIGUES, Welma Cirqueira Cavalcante; SEIBERT, Carla Simone; SILVA, Kellen Lagares Ferreira da. Um olhar sobre a formação do aluno com doença falciforme. **Revista Desafios**, Palmas, v. 4, n. 1, p. 86-94, 2017. DOI: https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2017v4n1p86.

SANTOS, Luciano Marques dos et al. Ser adolescente apesar das restrições e da discriminação impostas pela doença falciforme. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 35, eAPE0243345, 2022. DOI: https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO0243345.